

## AS POLÍTICAS DE COMBATE À FOME E O PARADIGMA DAS EVIDÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Francieli do Rocio de Campos<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente estudo objetivou analisar as políticas de combate a fome a partir de informações descritivas encontrados em estudos publicados referente a América Latina e o Caribe, assinalar como as evidências podem contribuir no desenho, avaliação e no aprimoramento de ações. Nos 87 trabalhos científicos incluídos na revisão foram encontradas evidências sobre 36 tipos intervenções distribuídas entre os países da América Latina e do Caribe. Entre os resultados da pesquisa precisa destacar a dificuldade de perceber efeitos ou produtos relacionados a uma única intervenção, pois as políticas públicas de combate à fome não geraram um grande volume de artigos publicados nos periódicos, a maior parte da experiência mostrou que os processos de tomada de decisão estiveram imersos em situações de conflito e negociação. Os resultados referentes ao período de 2010-2011, que teve significativamente mais trabalhos divulgados do que os outros anos, o público encontrado nos artigos está localizado em ambientes urbanos e rurais, e referem-se à população de idosos, mulheres, crianças, indígenas, assentados e migrantes, porém as populações rurais e os pequenos agricultores tornaram-se o público que mais sofreu com o impacto da fome nos países em desenvolvimento. O objetivo dos achados é reforçar a efetividade das intervenções para esse problema histórico e atual na escala local, nacional e regional da América Latina e do Caribe. Nos estudos revisados sobre políticas públicas por país, o México destacou-se com 19,57% das intervenções identificadas. Dessa forma, os esforços destinados ao combate à fome foram cada vez mais envolvidos em parceria com organizações governamentais/da sociedade civil, setor privado, institutos de pesquisa, academia e comunidades com diferentes visões, práticas e recursos. Além disso, os autores dos trabalhos revisados dialogaram através dos sistemas, informações empíricas, conceitos e princípios das políticas públicas de combate à fome de forma multidimensional, tornando mais ampla esta temática.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Evidências; Combate à Fome.

## POLICIES TO FIGHT HUNGER AND THE EVIDENCE PARADIGM: A STUDY ON LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

### Abstract:

This study aimed to analyze policies to combat hunger based on descriptive information found in published studies on Latin America and the Caribbean, and to highlight how evidence can contribute to the design, evaluation and improvement of actions. In the 87 scientific papers included in the review, evidence was found on 36 types of interventions distributed among the countries of Latin America and the Caribbean. Among the results of the research, it is important to highlight the difficulty in perceiving effects or products related to a single intervention, since public policies to combat hunger did not generate a large volume of articles published in journals; most of the experience showed that decision-making processes were immersed in situations of conflict and negotiation. The results for the period 2010-2011, which had significantly more published papers than in other years, showed that the audience found in the articles was located in urban and rural environments, and referred to the elderly, women, children, indigenous people, settlers and migrants. However, rural populations and small farmers became the audience that suffered most from the impact of hunger in developing countries. The aim of the findings is to reinforce the effectiveness of interventions for this historical and current problem at the local, national and regional levels in Latin America and the Caribbean. In the reviewed studies on public policies by country, Mexico stood out with 19.57% of the interventions identified. Thus, efforts aimed at combating hunger have increasingly involved partnerships with government/civil society organizations, the private sector, research institutes, academia and communities with different visions, practices and resources. In addition, the authors of the reviewed studies discussed the systems, empirical information, concepts and principles of public policies to combat hunger in a multidimensional way, broadening this topic.

**Keywords:** Public Policies; Evidence; Fight Against Hunger.

<sup>1</sup> Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão (2006), mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo (2011) e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023). Atualmente é professor adjunto a da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão. E-mail: frandecampos@yahoo.com.br.

## 1. INTRODUÇÃO

A formulação de políticas baseadas em evidências oferece uma alternativa a processos influenciados por preocupações sem base empírica. Por meio do uso de dados concretos, o Estado pode identificar o que gera resultados positivos e o que não é eficaz, otimizando, assim, a alocação de recursos. Entretanto, embora haja um consenso relativo sobre os benefícios de usar evidências, a integração entre a produção de conhecimento e a aplicação de seus resultados na criação de novas políticas não ocorre de maneira automática (Batista da Silva, 2022).

Ao longo da década de 1930, vários fenômenos contraditórios no contexto alimentar foram surgindo mundialmente. Nos países industrializados, notava-se um excedente de produtos agrícolas de difícil colocação no mercado, enquanto o conhecimento científico avançava no estudo sobre a desnutrição humana. Ao mesmo tempo, várias pesquisas progrediram para a compreensão da desnutrição e da fome nos países subdesenvolvidos. Nesse período, “[...] os especialistas em nutrição humana alertavam sobre a necessidade de aumentar as disponibilidades alimentares simultaneamente ao fato de que os economistas recomendavam reduzir a produção agrícola para resolver o problema dos excedentes invendáveis” (Chonchol, 2005, p.33).

Para compreender o que representam as dimensões nas questões políticas e, dessa forma, construir relações sobre a fome, é preciso reportar a autores que têm desenvolvido trabalhos nessa área. No caso de Tubino (2003), ele referiu-se à fome crônica como um obstáculo ao alívio da pobreza, porque ela pode levar a ciclos de doenças, inadequado desenvolvimento físico e mental, o que pode repercutir em um baixo desempenho escolar, em ineficiência no trabalho e pobreza dos indivíduos. O autor também cita as consequências nocivas da alimentação insuficiente, principalmente para gestantes e crianças menores de seis anos.

Sobre essa lógica, Graziano da Silva (2003) aponta que a situação mais grave sobre a fome é na primeira infância, quando um indivíduo não recebe nutrição adequada até os seis anos de idade, essa criança com fome pode até ir à escola, mas a sua capacidade de aprender ficará prejudicada pelo resto de sua vida. Além disso, as mães com vulnerabilidade alimentar não conseguem amamentar seus filhos. O mesmo autor analisa a fome como o aspecto mais cruel da desigualdade e da pobreza. As suas pesquisas permitem mostrar que a dificuldade de obtenção de alimentos interfere nas condições de trabalho dos indivíduos, bem como, está atrelada ao elevado nível de desemprego, o que chama atenção para a relação que a fome possui e reflete-se na dificuldade de obtenção de alimentos devido à insuficiência de renda.

Com isso, Magalhães (2014) interliga o conceito da fome com a segurança alimentar, baseado não apenas na disponibilidade, mas na obtenção de alimentos suficientes para manutenção da vida. Diante do fato de que grande parte da população mundial vive na pobreza sob ameaças do crescimento agroindustrial, com o risco de poluição pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e o êxodo de pequenos produtores rurais. Além disso, pode-se incluir nesta discussão o princípio da soberania popular, isto é, decidir o que e como produzir, o que, por sua vez, faz parte do direito humano à alimentação adequada que respeite a diversidade cultural. Esse emaranhado de termos tornou-se indissociável do contexto contemporâneo alocado nas intervenções de combate à fome.

No caso desta pesquisa, assemelha-se ao estudo desenvolvido por Torracco (2016), cujo tema “políticas públicas de combate à fome” refere-se a um assunto considerado “maduro”, por existir um enorme embasamento teórico. Além de seguir o rol das revisões integrativas, que se

concentram nos resultados e análise dos métodos de pesquisa, teorias, bem como práticas, programas ou intervenções encontradas na literatura científica.

Considerando a dinâmica das políticas públicas de combate à fome, entende-se que precisa avançar no campo de estudos que refletem a análise baseada em evidências. Portanto, diante dessa realidade, o presente estudo objetivou buscar elementos com base em estudos sobre ações de combate a fome na América Latina e no Caribe, assinalar como evidências para contribuir no desenho, avaliação e no aprimoramento de ações, além disso, demonstrar a situação da fome nos países e as ações governamentais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com a pesquisa voltada a políticas de combate à fome foi possível observar, que a implementação de ações se sucedeu de modo diferenciado entre os países. Segundo Ramos e Cuervo (2012) isto aconteceu devido à implementação de tecnologias destinadas a aumentar a disponibilidade de alimentos por meio de métodos de produção intensivos do movimento da Revolução Verde. Apesar da possibilidade da criação de um excedente de alimentos por meio de grupos dos agroquímicos, produtos alimentícios, matérias-primas e tecnologia de produção, isso não foi uma ação suficiente para evitar a disseminação do problema da fome pelo mundo.

De acordo com Burity *et al.* (2010), a sociedade humana alcançou o século XXI imersa em uma grande contradição, porque nunca se chegou tão longe em termos de progresso e conquistas em todos os campos do conhecimento (científico, tecnológico, sociológico), mas, ao mesmo tempo, não se resolveram problemas tão antigos da civilização humana. A fome e suas consequências foram incluídos na lista de eventos que ilustram essa contradição. Sem contestar tal inquietação, a fome tornou-se o maior pesadelo da humanidade em um mundo de prosperidade sem precedentes.

A contradição na natureza alimentar para os diferentes níveis de desenvolvimento dos países ficou evidente no final da década de 1980, quando a oferta de alimentos não conseguiu resolver o problema da fome nos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, a disponibilidade, acesso, uso e estabilidade dos alimentos foram incluídos em uma discussão que se limitou à produção e à oferta de alimentos (Burity *et al.*, 2010).

A pesquisa de Amartya Sen desafiou a noção de que a fome estava relacionada apenas à disponibilidade de alimentos, ao considerar questões pertinentes ao acesso e suas ligações com os processos políticos, sociais e econômicos. O reconhecimento da importância da segurança no contexto do abastecimento alimentar impulsionou o desenvolvimento de novas abordagens, que começaram a incorporar um elenco diferenciado de discussões, tais como as desigualdades de acesso aos alimentos, a concentração da comercialização em poucos locais, a industrialização dos sistemas alimentares, a sustentabilidade ambiental, o monopólio de sementes, a transgenia, questões de saúde, dentre outras questões (Boland, 2000; Carr, 2006; Kickbusch, 2011).

Em suma, torna-se importante enfatizar que o conceito de fome se tornou mais amplo e englobou a garantia da segurança alimentar. Passou-se a considerar tanto a qualidade e quantidade dos alimentos, quanto os serviços de saúde e as condições ambientais que garantem o estado nutricional adequado dos indivíduos. Tal conceito pode ser dividido em quatro categorias: (1) na condição de segurança alimentar, o indivíduo não sofre com problemas de acesso aos alimentos, em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação de que os alimentos venham a faltar no futuro; (2) Na questão da insegurança alimentar leve, existe a preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo; (3) a insegurança alimentar moderada

manifesta-se numa situação de comprometimento da qualidade da alimentação na busca por manter a quantidade necessária e (4) a insegurança alimentar grave, que se mostra numa deficiência quantitativa de alimento, a qual pode levar o indivíduo à situação de fome.

Ainda, movimentos sociais desenvolveram a ideia de soberania alimentar, entendida como o direito das pessoas a alimentos nutritivos, culturalmente adequados, acessíveis e produzidos de forma sustentável e ecológica, determinando seus próprios sistemas alimentares e de produção (Almeida Filho; Sholz, 2008; Burity *et al.*, 2010; Santiago; Almeida Filho, 2014). Com isso, a fome e a segurança alimentar se mostram,

[...] ambos os conceitos são frutos de disputas que se reproduzem em diferentes conjunturas, portanto apresentam definições dinâmicas. A razão está no próprio desenvolvimento social que vai apontando novas dimensões ou alterando a natureza de outras. Assim, existe notória diferença do problema nos países centrais e periféricos, visto que, enquanto os países centrais facilmente conseguem alimentos nutritivos por meio de produção ou importação, os países periféricos enfrentam insuficiência de renda e dificuldades de avançar para um sistema produtivo eficiente e autônomo (Almeida Filho; Tavares e Azevedo, 2019, p. 723-724).

Para Abramovay (1991), a fome representa um fenômeno quantitativo entendido como o ato de incapacidade de obter alimentos e ingeri-los. Ele também acredita que a fome se tornou uma doença social, porque prejudica não apenas os indivíduos que não se alimentam, mas também a sociedade. O autor cita o exemplo que as crianças com melhor desempenho escolar são aquelas que são bem alimentadas. As pessoas que estão com fome terão mais dificuldade em manter o raciocínio lógico, porque a fome pode levar à falta de estímulo e ao prejuízo em sua capacidade de aprender. O aluno na escola com incapacidade de concentração e baixa capacidade de aprendizagem devido ao problema da fome será o trabalhador mal remunerado de amanhã por não ser qualificado, tal dinâmica se mostra comum em áreas pobres e de desigualdade social.

Os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de junho de 2002 mostraram que 815 milhões de pessoas no mundo passavam fome, 25 mil morriam todos os dias em decorrência de desse problema e 1/6 da população mundial (principalmente mulheres e crianças) estava desnutrida. Tal pesquisa reflete o resultado que o maior progresso foi feito antes de 2008 e, desde então, os esforços para combater a fome diminuíram e estabilizaram-se no caminho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's). A partir disso, a tendência da fome foi revertida, ao mesmo tempo que foi revivida, pois os dados nacionais e globais passaram a demonstrar que garantir um suprimento adequado de alimentos continuava a ser uma importante contribuição para acabar com a fome. No entanto, não era suficiente somente produzir mais alimentos na forma de grãos ou tubérculos, porque a boa nutrição e a eliminação da fome exigiam uma dieta alimentar diversificada e adequada a todos públicos humanos (Webb *et al.*, 2018).

Em primeiro lugar, foi necessário levar em consideração determinadas situações, como aquelas em que os países foram, muitas vezes, estáveis em termos de políticas de crescimento equitativas, que não só aumentavam a riqueza de poucos, mas também reduziram a pobreza em geral. Em segundo lugar, esses países usavam sistemas de segurança para a população em vulnerabilidade e investiam em serviços acessíveis (educação, saneamento básico e saúde). Em terceiro, eles foram responsáveis por responder prontamente a choques (econômicos, ambientais ou de conflito) para aliviar o sofrimento humano (Webb *et al.*, 2018).

A partir disso, mostra-se que o problema da fome não resulta apenas da ausência de produção, e que todo arcabouço que envolve tal problemática tornou-se a prioridade nas políticas públicas. A ONU e a FAO reconheceram as complexidades da fome devido às diferenças e hierarquias entre os determinantes domiciliares locais, nacionais e globais. O perfil demográfico do domicílio, gênero, escolaridade, saúde, renda, estabilidade financeira, conhecimento sobre hábitos alimentares, disponibilidade de tempo para as chefes de família, emprego e participação em programas sociais tornaram-se fatores determinantes de cada família. Além disso, também foram considerados vários fatores locais e regionais, como estabilidade política, disponibilidade de alimentos saudáveis e necessidades básicas, custos de produção, disponibilidade de alimentos e preço, preconceito, desigualdades étnicas e raciais, serviços de saúde e educação, custo das necessidades básicas, emprego, salários e estabilidade, cultura alimentar, saneamento básico, vigilância sanitária, rede socioassistencial, etc. (Almeida Filho; Tavares e Azevedo, 2019).

As ações bem-sucedidas compreendem uma combinação de intervenções de combate à fome, o Quadro 1 fornece detalhes de políticas e programas baseados em evidências em uma variedade de setores, que passaram a ser conhecidos por reduzir a fome e lidar com insegurança alimentar.

**Quadro 1 - Exemplos de ações para combater a fome e a desnutrição em todos os setores**

Setores de intervenção	Sensível à nutrição (lidando com causas subjacentes)	Específico para nutrição (lidando com sintomas específicos)
Agricultura	Promoção e apoio à produção hortícola dos pequenos agricultores; investimentos em pesquisa e extensão apoiando ganhos de produtividade em alimentos ricos em nutrientes; promover o desenvolvimento do mercado de alimentos para aumentar a renda dos pequenos agricultores e a acessibilidade dos preços a dietas ricas em nutrientes	Extensão agrícola aprimorada com mensagens sobre escolhas alimentares ideais; facilitar o acesso às finanças rurais para agricultores, processadores de alimentos e comerciantes (especialmente com foco no envolvimento das mulheres); intervenções que apoiam níveis ótimos de consumo de alimentos ricos em nutrientes (por exemplo, promoção/vacinação de aves, comercialização de ovos, comercialização de frutas/legumes na cadeia de frio).
Saúde	Estabelecimento de serviços de saúde de alta qualidade e alta cobertura, incluindo aconselhamento nutricional e saúde reprodutiva; redução efetiva da carga de doenças infecciosas; promoção de orientações dietéticas baseadas em evidências para a população	Promoção e facilitação do aleitamento materno exclusivo e desenvolvimento da primeira infância, suplementação alimentar direcionada para mães com baixo peso; transferências de renda para populações em risco; suplementação de micronutrientes; gestão de doenças (acesso a mosquiteiros impregnados, redução da poluição do ar doméstico através de fogões e combustível melhorados); desparasitação materna (que pode melhorar a anemia)
Educação	Matrícula universal e retenção de meninas nas escolas; uso de escolas para fornecer instrução sobre nutrição e saúde; promoção da sensibilização para uma alimentação saudável através da horta escolar; iniciativas curriculares aprimoradas sobre dieta e atividade física	Refeições/lanches saudáveis fornecidos nas escolas (e outras instituições), usando alimentos adquiridos localmente, conforme apropriado; desparasitação e vacinação na escola; programas de educação pós-escolar para meninas adolescentes, com foco em nutrição e saúde pré-natal

Água e saneamento	Programas nacionais e locais que eliminam a defecação a céu aberto; fornecimento universal de água potável; promoção de boas práticas de saneamento e higiene	Promoção das boas práticas de higiene e saneamento nos agregados familiares; uso de fontes de água melhoradas; facilitando o acesso a banheiros melhorados
Desenvolvimento de mercado	Fortificação de micronutrientes de alimentos amplamente acessíveis, incluindo iodização de sal; regulamento de qualidade e segurança alimentar	Desenvolvimento de estradas vicinais rurais e outras infraestruturas (facilitando a venda de produtos e o acesso a uma diversidade de produtos frescos nos mercados)
Construção de resiliência	Implementação de redes de segurança social eficazes que suavizam os fluxos de renda e o consumo de alimentos entre grupos vulneráveis	Preparação para o estabelecimento rápido de gestão/tratamento direcionado da desnutrição aguda; uso direcionado de produtos alimentares nutritivos especializados para indivíduos em risco em emergências

Fonte: Webb *et al.* (2018, p. 3).

A política de combate à fome começou a ser implementada nos países ao integrar política agrícola, sistemas de energia, controle de preços e distribuição de alimentos com as políticas sociais através da introdução de ações que evoluíram nas abordagens educacionais tradicionais. As campanhas de importação de alimentos tornaram-se vinculadas a práticas educacionais, pois, nesse período, acreditava-se que a fome e a desnutrição eram decorrentes da falta de acesso à educação (Almeida Filho, Tavares e Azevedo, 2019).

No momento que as questões do combate à fome passaram a ser politizadas, uma análise comparativa da política alimentar em diferentes países conseguiu mostrar as fragilidades dessa combinação com outras políticas governamentais. A política de subsídios e proteção aos produtores nacionais tornou-se limitada e, desse modo, os agricultores embarcam na produção em grande escala e passam a exportar cada vez mais para se manterem no negócio. Como resultado, intensificaram-se a degradação ambiental, os problemas de saúde e reduziu-se a disponibilidade de produtos para alimentação dos indivíduos. Essas equações tornam-se difíceis de gerenciar sem considerar uma perspectiva intersetorial das políticas de combate à fome (Caraher; Coveney, 2004).

Para avaliar o estado alimentar e nutricional de populações não existe um único indicador. Por isso, cada avaliação realiza-se através de uma combinação de indicadores com diferentes aspectos, levando em consideração a saúde, economia, comportamento e percepção individual. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o estado nutricional avaliado por medidas antropométricas já foi um indicador ideal para alguns estudos com objetivo de analisar as desigualdades em atenção à saúde e desenvolvimento econômico. Portanto, tornou-se um indicador clássico mais encontrado em pesquisas e avaliação de políticas públicas. Entretanto, devido ao aumento da prevalência de obesidade entre a população vulnerável, os indicadores tradicionais como as medidas antropométricas deixaram de atender à demanda do público e, dessa forma, para definir novos indicadores para medir a fome, foram lançados projetos conjuntos entre organizações não governamentais (ONGs), instituições acadêmicas e órgãos governamentais (Radimer *et al.*, 1992; Hamilton *et al.*, 1997).

Diante disso, foram assinados tratados internacionais no campo dos Direitos Humanos, que reconheceram os direitos dos povos de estarem protegidos da fome e de terem acesso a uma alimentação adequada (Magalhães, 2014). De acordo com Fragata e Zimmermann (2017), certos termos foram utilizados na formulação de políticas públicas e ações de combate à fome nos países latino-americanos. Nesse caso, soberania e/ou segurança alimentar, o combate à

desnutrição e à insegurança alimentar advêm das ações de prevenção, por meio da alimentação saudável, do cuidado dedicado ao recém-nascido, desenvolvimento rural e são termos comuns inclusos nas políticas e programas de combate à fome utilizados pelos governos da região.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente produção científica tem como origem a pesquisa efetuada com vistas à produção da tese de doutorado intitulada “Revisão integrativa de estudos sobre políticas públicas de combate à fome da América Latina e do Caribe (Campos, 2023) – sob orientação da Professora PhD. Marília Patta Ramos no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O estudo de cunho descritivo com informações de caráter qualitativo baseia-se na coleta de dados provenientes de fontes secundárias, utilizando levantamento bibliográfico e fundamentado na experiência acumulada por estudiosos. Esse método possibilita agregar, organizar, avaliar e sintetizar os resultados de pesquisas sobre um tema específico, oferecendo suporte para que outros profissionais aproveitem esses dados em suas atividades.

Para revisão de literatura foram analisados 87 artigos científicos publicados entre 2010 e 2020 que contemplaram 33 países da América Latina e do Caribe, com estudos de 36 políticas públicas implementadas com propósito de combater a fome.

As buscas por publicações seguiram a literatura nacional, internacional e nos principais portais de materiais científicos da região, sendo selecionadas as seguintes fontes:

a) **Bases nacionais:**

1. Portal de Periódicos da Capes;
2. Scielo;
3. Biblioteca Virtual sobre Violência e Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME).

b) **Bases internacionais:**

1. Redalyc - Sistema de Información Científica Redalyc;
2. ResearchGate;
3. Scientific Electronic Library Online.

c) **Portais de busca:**

1. Google Scholar.

Após a seleção dos artigos completos, realizou-se uma leitura analítica para obter os resultados de maneira descritiva. A seleção foi orientada pela classificação temática, que serviu de base para a análise e interpretação dos dados.

Para a análise, os dados foram transcritos e organizados com o suporte dos *softwares Excel e Word*, o que possibilitou uma visão geral do conteúdo. Em seguida, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo temática, que envolveu a identificação de núcleos de sentido com base na presença ou frequência dos temas no texto, desde que estes estivessem alinhados com os objetivos da pesquisa. Um dos instrumentos empregados na coleta das informações provenientes das publicações selecionadas foi a matriz de síntese. Segundo Klopper, Lubbe e Rugbeer (2007), a matriz de síntese, também chamada de matriz de análise, tem sido amplamente utilizada em diferentes disciplinas como ferramenta para extrair e organizar dados de revisões da literatura, devido à sua eficácia em resumir aspectos complexos do conhecimento.

#### 4. AS EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS NOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Os pesquisadores reconheceram a importância crucial para o desenvolvimento da promoção de um diálogo efetivo entre os resultados de pesquisas e a formulação de políticas públicas. A justificativa foi a confiança de que a política pública iria-se tornar mais relevante, confiável e sustentável se fosse promovida por métodos de verificação e monitoramento apropriados baseados em evidências (Carrizo, 2011).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as sucessivas crises no abastecimento de alimentos, o agravamento da fome e o aprofundamento da pobreza mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que se tornaram as entidades em condições de contribuir com a avaliação de intervenções ligadas à fome na América Latina e Caribe. No século XX, Castro deu algumas contribuições para a análise da fome, como uma expressão da relação do homem com o meio ambiente, ao chamar a atenção para os limites da visão do desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico (Castro, 1966; Maluf, 2007).

As avaliações de políticas públicas realizadas nos países da América Latina e do Caribe buscaram contribuir para melhorar o desenho e a implementação de políticas públicas, com intuito de alcançar melhores resultados e impacto diante do enfrentamento de desfechos relacionados à segurança alimentar, desnutrição, mortalidade, emaciação, acesso ao alimento e renda. Como parte desse processo, as políticas e programas seguiram e até intensificaram a discussão em torno da chamada abordagem baseada em evidências, cuja disseminação de informação científica tornou-se importante e quase única na região (Cardozo Brum, 2021).

Segundo Magalhães (2014) a avaliação de intervenções governamentais tem sido marcada pela busca de evidências de efetividade, eficiência e eficácia. Esses esforços têm contribuído para a sistematização de informações relevantes sobre o escopo das atividades na área de política alimentar e nutricional. Os estudos de avaliação dessa autora identificaram padrões clientelistas, de beneficiários dúbios e de estratégias ineficientes de alocação de recursos. Esses estudos também mostraram o baixo impacto ou impacto negativo dos programas de distribuição de alimentos, que, apesar de seus altos custos, não atingiram as populações mais vulneráveis.

Desse modo, os esforços destinados ao combate à fome foram cada vez mais envolvidos em parceria com organizações governamentais/da sociedade civil, setor privado, institutos de pesquisa, academia e comunidades com diferentes visões, práticas e recursos. As mudanças efetivas no perfil da segurança alimentar dos indivíduos estiveram relacionadas a fluxos interdependentes, mesmo que o foco se tenha concentrado no consumo ou na produção de produtos alimentícios (Magalhães, 2014).

No que concerne às iniciativas para aprimorar as políticas públicas, houve iniciativas que tencionaram concepções voltadas à causalidade, variáveis controladas, atribuição e linearidade das ações de combate à fome. Ao mesmo tempo, tornou-se difícil perceber efeitos ou produtos relacionados a uma única intervenção, porque tal linha de implementação costuma seguir uma natureza complexa, estratégia multifuncional, intersetorial e de operações interdisciplinares (Magalhães, 2014).

Os dados evidenciam que as áreas temáticas ligadas às políticas públicas de combate à fome, foram-se constituindo como um movimento multidisciplinar, na qual se distinguem em divulgação de estudos com 29,89% na área da saúde, seguida de 20,69% na área

multidisciplinar; na sequência, 16,09% na nutrição e 11,49% nas ciências sociais. Ainda que a minoria das publicações seja de pesquisadores da área das Ciências Sociais, nessa informação percebe-se a limitação de pesquisas quantitativas, com dados e estatísticas avançadas.

Os temas elencados possibilitaram encontrar trabalhos dessa natureza e poderiam compor grandes contribuições aos gestores e profissionais das políticas públicas. Ainda, Mueller (1999) justificou que o número elevado de publicações científicas em periódicos na área da saúde pode ser considerado uma característica dos profissionais dessa área de pesquisa, que tendem a comunicar seus resultados em periódicos, diferentemente das pesquisas nas áreas sociais e humanas, que procuram divulgar suas pesquisas em capítulos ou livros.

As iniciativas políticas incluíram atuação em escolas, serviços de saúde, comunidades, meio ambiente, modelos econômicos e culturais. As intervenções governamentais contaram com resultados dependentes, influenciados por características relevantes, que podem ser traduzidas em conceitos, preocupações e escolhas dos atores locais. Além disso, a maior parte da experiência mostrou que os processos de tomada de decisão estiveram imersos em situações de conflito e negociação.

Nesse caso não foi possível reconhecer como foi o processo que se deu na construção da intervenção, porque as interferências governamentais se desenvolveram de cima para baixo (*top-down*) ou de baixo para cima (*bottom-up*). Nesse cenário, as alternativas de avaliação levaram em consideração os resultados para a análise de processos (Magalhães, 2014). Por isso, o debate sobre a avaliação da política pública de combate à fome atraiu planejadores, pesquisadores e cientistas de vários campos e disciplinas na América Latina e no Caribe.

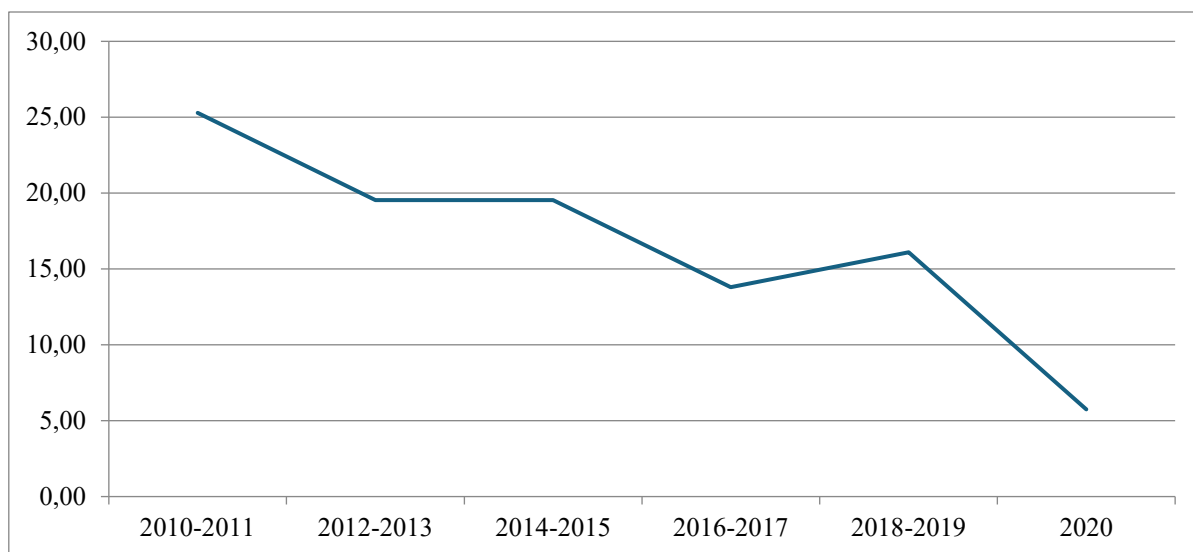
O objetivo de identificar o número de publicações de cada país da América Latina e Caribe foi estabelecer a divulgação do debate sobre o combate à fome. Com isso, buscou-se enfatizar o número de temas que implicam o dinamismo entre as áreas científicas.

Contudo, as políticas públicas envolvidas ao combate à fome não geraram um grande volume de artigos publicados nos periódicos. Parte da carência de estudos dessa natureza pode ser explicada em função do lapso temporal entre a implantação do programa e o tempo necessário para que seja possível observar efeitos sobre indicadores populacionais. Dessa forma, torna-se válida a hipótese de que muitas pesquisas que estiveram em desenvolvimento no arcabouço quantitativo não tiveram condições de serem concluídas ou publicadas, e isso teve implicações nos resultados dessa revisão.

Os resultados referentes ao período de 2010-2011, que teve significativamente mais trabalhos divulgados do que os outros anos, seguindo numa sucessão em decréscimo de artigos publicados até 2020. Isso pode ser influência de troca ou permanência dos governos nos países para dar continuidade às intervenções implementadas no período. Além disso, o período a partir dez anos torna-se ideal para se avaliar uma política pública, o que implicou na possibilidade de encontrar efeitos nos resultados da implementação destas na América Latina e no Caribe.

Na sequência, o Gráfico 1 ilustra os períodos de publicações localizados nos trabalhos científicos incluídos na revisão.

**Gráfico 1** - Ano de publicação dos artigos incluídos na Revisão



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

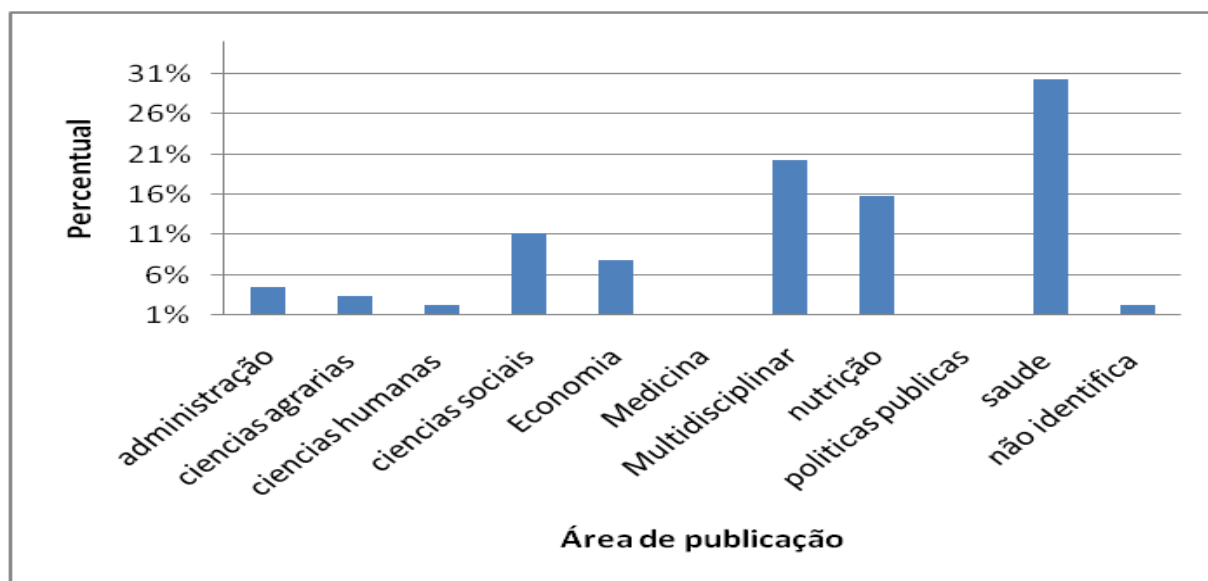
Nesse contexto, no âmbito do conhecimento técnico, as pesquisas desenvolveram processos e fórmulas para diversas variáveis, que surgiram a partir de diferentes domínios, dimensões e realidades, por focar na produção, no acesso, na permanência de alimentos, na busca pela transversalidade, na intersectorialidade, na participação social equitativa, no respeito à ética, nas relações de gênero, na diversidade alimentar e na valorização das culturas alimentares que contornam intervenções voltadas ao combate à fome (Maluf, 2007; Almeida Filho; Gomes Junior, 2010).

Os autores dos trabalhos revisados dialogaram através dos sistemas, informações empíricas, conceitos e princípios das políticas públicas de combate à fome de forma multidimensional, tornando mais ampla esta temática. Todas essas buscas por resultados tiveram como objetivo reforçar a efetividade das intervenções para esse problema histórico e atual na escala local, nacional e regional da América Latina e do Caribe.

A maioria das intervenções analisadas nessa revisão foram implementadas nos países a partir dos anos 2000. Mesmo assim, não apresentaram resultados tanto em termos técnicos quanto em termos de impacto, e isso possibilita rastrear informações mais concisas e produzir trabalhos científicos de natureza quantitativa. De acordo com Ponce e Bedi (2010), as primeiras interfaces de combate à fome tiveram início no Brasil em 1995, com o primeiro programa considerado como transferência de renda na América Latina. Na sequência, houve outras experiências iniciais com programas que iniciaram no México em 1997, em Honduras em 1998 e na Nicarágua em 2000. Logo o restante dos países da região seguiu o mesmo exemplo.

O resultado apresentado no Gráfico 2 mostra que, embora haja uma grande variedade de áreas científicas com publicações incluídas nesta revisão, a área da saúde continua sendo a área mais comum de encontrar artigos de delineamento experimental e quase-experimental publicados pelos periódicos deste estudo. Ou seja, 30% dos trabalhos pertencem a área da saúde. Os resultados dessa revisão também demonstraram o quanto aquém as áreas sociais e humanas estão da aplicação de métodos quantitativos em suas pesquisas na região, o que repercute na lacuna na produção científica desse campo na linha do combate à fome.

**Gráfico 2 - Áreas científicas das publicações incluídas nesta Revisão**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Freitas (2003) explica porque o combate à fome tem sido debatido na área acadêmica e na gestão de políticas públicas. Mas, somente de modo recente, passou a ser reconhecida como manifestação de insegurança alimentar e nutricional sofrida por uma população ou grupo de pessoas. Do mesmo modo, torna-se necessário salientar que a desnutrição e outras doenças crônicas não transmissíveis, tanto do ponto de vista socioantropológico quanto fisiológico, podem ser manifestações biológicas da fome, decorrentes da má alimentação ou, ainda, da má nutrição.

Neste sentido, podemos dizer que assim como as iniciativas no campo da promoção da saúde, os programas de segurança alimentar e nutricional tensionam as concepções tradicionais de causalidade, variáveis controladas, atribuição e linearidade. Ou seja, é difícil perceber efeitos ou impactos ligados exclusivamente a uma única intervenção exatamente porque as ações na área são por natureza complexas, multi estratégicas e intersetoriais. As iniciativas, em geral, envolvem mudanças em escolas, serviços de saúde, comunidades, meio ambiente e também em padrões econômicos e culturais. Com isso, políticas e programas são altamente dependentes do contexto de implementação interagindo fortemente com as singularidades dos respectivos contextos com destaque para as concepções, os interesses e as expectativas dos atores locais. Além disso, a maioria das experiências revelam processos decisórios mergulhados em situações de conflito e negociação. Geralmente não é possível reconhecer um passo a passo linear e etapas desenvolvidas sempre de cima para baixo – *top down* – ou de baixo para cima – *bottom up*. Neste cenário, as alternativas avaliativas capazes de favorecer a análise de processos, atores sociais e contextos podem contribuir para mudanças nas práticas, impactar as diferentes redes de profissionais, favorecer coalizões e parcerias e influenciar dinâmicas institucionais (Magalhães, 2014, p. 1343).

As populações rurais e os pequenos agricultores tornaram-se o público que mais sofreu com o impacto da fome nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, são elementos fundamentais para melhorar a garantia alimentar da população em geral (FAO, 2015b). Tudo o mais constante, a população rural mais pobre pode estar em melhor situação comparada à

população urbana se forem autossuficientes ao cultivar, produzir e coletar alimentos. No entanto, os pequenos agricultores da América Latina e do Caribe também se mostram mais vulneráveis a choques econômicos exógenos e relacionados com as mudanças climáticas – como secas e inundações. Os autores Minot e Pelijor (2010) constataram que a autossuficiência alimentar decorrente da produção domiciliar pode estar negativamente associada à segurança alimentar, porque, para as populações rurais, essa autossuficiência muitas vezes reflete-se no acesso precário ao mercado e possíveis artifícios da pobreza.

Para enfrentar a fome nas áreas rurais, são necessárias condições determinantes no processo de desenvolvimento de um território, como maior acesso a bens como terra, educação e infraestrutura (Winters *et al.*, 2009). Identificamos que o público encontrado nos artigos pesquisados da revisão está localizado em ambientes urbanos e rurais, e referem-se à população de idosos, mulheres, crianças, indígenas, assentados e migrantes – caracterizados como os grupos mais vulneráveis à fome e à violação de direitos humanos básicos como saúde, educação, trabalho, renda e moradia, o que pode impactar diretamente na condição de aquisição dos alimentos.

Nos estudos revisados sobre políticas públicas por país, o México destacou-se com 19,57% das intervenções identificadas, seguido pela Colômbia, com 17,39%, e pelo Brasil, com 13,04%, no período de 2010 a 2020. Segundo Santos (2009), o maior número de intervenções analisadas no México, por meio de estudos quantitativos publicados em periódicos, pode ser atribuído aos esforços realizados para uma avaliação sistemática das políticas públicas nesses países. No México, há fontes consolidadas para essas avaliações, enquanto no Brasil os projetos ainda são incipientes e estão em fase inicial.

Os resultados dos estudos da revisão apontaram que o Programa de Alimentação Escolar (Argentina e Honduras), incluído na Política de Alimentação, comprovou efeito sobre o desfecho da desnutrição. O Programa Nutricional Articulado (Peru), incluso nas políticas de saúde, mostrou-se emergente sobre a emaciação, ou seja, são necessários mais estudos para comprovar o efeito do Programa sobre o desfecho. Nos programas de transferência de renda, identificou-se que os programas *Familias em Accion* (Colômbia) e *Red Solidaridad* (El Salvador) exibiram resultados relevantes (promissores) sobre o desfecho do nanismo. Além disso, os efeitos do *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia) não haviam sido avaliados no que diz respeito à mortalidade. Das intervenções analisadas com efeito sobre a insegurança alimentar, os programas de transferência de renda: *Asignación Universal por Hijo*, da Argentina, e Programa Bolsa Família, do Brasil, apresentaram resultados comprovados. No mesmo segmento, os programas de transferência de renda, nesse caso apenas o Programa Bolsa Família (Brasil), tiveram efeito comprovado sobre a renda e o consumo alimentar dos beneficiários; além disso, o PBF mostrou-se emergente sobre o efeito das intervenções consideradas mistas sobre o combate à fome.

Nos 87 trabalhos científicos incluídos na revisão integrativa, foram encontradas evidências sobre 36 tipos intervenções distribuídas entre os países da América Latina e do Caribe. Dentre as intervenções, a Política de Alimentação Escolar de Honduras e da Argentina demonstrou ser mais efetiva para reduzir a desnutrição, enquanto os programas de transferência de renda do Brasil e da Argentina tiveram maior efeito sobre a insegurança alimentar. Nesse caso, o Programa Bolsa Família do Brasil apresentou efeito positivo em contribuir com o consumo alimentar e renda do público beneficiado. Entre os resultados da pesquisa não foram encontradas intervenções que tivessem algum efeito comprovado relacionado à emaciação, ao nanismo e à mortalidade.

A fome como problema social decorre da falta de consumo alimentar necessário, sustentável e digno à população. O sujeito pode até alimentar-se todos os dias e suprir a necessidade fisiológica através da comida, mas, se precisar recorrer ao lixo, mendigar, ou comer menos do que o necessário para sua condição humana, isso significa permanecer com fome, sustentando a insegurança alimentar e uma situação nutricionalmente problemática. Em todos esses casos, o organismo com fome, desnutrição e insegurança alimentar perde seu potencial físico, intelectual e social (Cor Unum, 1996).

Nesse sentido, merece ênfase a conexão realizada nessa pesquisa dos estudos sobre o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Muñoz Sánchez *et al.*, 2014), a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Galiano *et al.*, 2012) ambas as intervenções da Colômbia; Programa Nacional de Segurança Alimentar, do Haiti (Nchinda *et al.*, 2011); *Food and Nutrition Security Program* (FNSP), da Guatemala (Arnés *et al.*, 2018). Todas essas intervenções foram reunidas como “Programas de Segurança Alimentar e Nutricional”, e, em razão da intensa rede de envolvimento de elementos de combate à fome, os estudos apresentaram a existência de um processo de descentralização de entidades na atuação das intervenções, bem como a preocupação de promover o desenvolvimento humano, a sustentabilidade ambiental e contribuir para o desenvolvimento da região. A articulação que envolveu o combate à fome transcorreu de outros projetos simultâneos, inviabilizando a identificação de maior ou menor influência nos desfechos indicados na pesquisa.

Outra situação nesse mesmo segmento foi a conexão dos Programas Cozinhas Comunitárias do Brasil (Bandoni *et al.*, 2010; Branquinho *et al.*, 2015), e do Programa Comedores Comunitários, do México (Garza *et al.*, 2018; Caro *et al.*, 2018). Foi possível identificar que foram intervenções com os mesmos objetivos implementados em países diferentes, que possuem características semelhantes como: modelo de atuação, público envolvido e beneficiado, dando ênfase à oportunidade do público feminino em atuar numa política pública de combate à fome.

Esses dados configuram-se com as informações encontradas por Takagi (2006), que oferecem uma oportunidade para avaliar o progresso das políticas e programas existentes na América Latina e no Caribe voltados a atender o público mais vulnerável à fome. Neste ponto em particular, existem duas tendências principais que prevaleceram nos países da Região, não mutuamente exclusivos: países que buscaram avançar na implementação de políticas de segurança alimentar e ações de combate à fome, e os países que implementaram simultaneamente ou não os programas de transferência de renda para os mais pobres.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo, as evidências demonstraram a necessidade da intervenção do Estado para assistir àqueles excluídos do mercado de trabalho ou cuja renda era insuficiente para prover uma alimentação digna para suas famílias. Belik, Graziano da Silva e Takagi (2001), chamaram atenção para o desenvolvimento de mecanismos urgentes e/ou permanentes a serem implementados para baixar o preço ou facilitar o acesso aos alimentos para as populações de baixa renda em risco de fome, para incentivar ou aumentar a oferta de alimentos baratos por meio da produção subsistência ou estabilidade e, por meio de aumento de renda, incluir as famílias na garantia de direitos de expansão social e concessão à alimentação. Portanto, o fenômeno da fome está diretamente relacionado à acessibilidade (relativa à renda) em termos de carência alimentar, dependendo da diferença de renda registrada pela família ou pelo indivíduo, que varia da renda básica disponível para determinado alimento.

As evidências de estudos realizados nos países da América Latina e Caribe indicaram que a estratégia de facilitar o acesso ao alimento tornou-se o eixo central para melhorar o consumo alimentar através das transferências de renda para combate à fome. Esta tem sido disseminada de forma cada vez mais evidente nos últimos anos, entre as diversas faixas etárias e condições das famílias, por isso que as ações ao combate à fome representaram melhorias no padrão de consumo alimentar e na renda destinada à compra de alimentos.

No entanto, até hoje, isso ainda ocorre de forma bastante intensa e é imprescindível que medidas de proteção contra a fome sejam tomadas e, principalmente, monitoradas constantemente para certificar-se de sua efetividade. Portanto, a pesquisa incluída na revisão afirma que os governos têm proposto e fortalecido várias intervenções para beneficiar o acesso aos alimentos e reduzir o anismo populacional, mas o principal desafio político é garantir os direitos sociais fundamentais de todos os cidadãos, reconhecendo-os como direitos humanos, e não como atos de caridade. Quanto mais populações e/ou indivíduos forem avaliados do ponto de vista nutricional, e quanto mais sequenciais forem essas avaliações, mais precocemente poderão ser iniciadas intervenções, o que certamente melhorará a qualidade de vida da população em geral.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O que é fome?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ALMEIDA FILHO, N.; GOMES JUNIOR, N. N. Segurança Alimentar e Nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. In: RAMOS, P. **Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Alínea, 2010.

ALMEIDA FILHO, N.; SCHOLZ, V. Soberanía alimentaria y seguridad alimentaria: ¿Conceptos complementarios? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 46., 2008, Rio Branco, 2008. **Anais eletrônicos [...]**. Rio Branco: 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/109996.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ALMEIDA FILHO, N.; TAVARES E AZEVEDO, L. L. Segurança alimentar e nutricional na América do Sul e BRICS: avanços e “nuvens” no horizonte. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3 (67), p. 717-739, set.-dez., 2019.

ARNÉS, E.; ASTIER, M.; GONZÁLEZ, O. M.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Participatory evaluation of food and nutritional security through sustainability indicators in a highland peasant system in Guatemala. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 5, p. 482-513, 2019.

BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. **Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.

BATISTA DA SILVA, M. **Políticas públicas baseadas em evidências: mapeamento e direções**. Brasília: Enap, 2022.

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de Combate Fome. **Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.



BOLAND, A. Feeding fears: competing discourses of interdependency, sovereignty, and China's food security. **Political Geography**, v. 19, n. 1, p.55-76, 2000.

BRANQUINHO, S. A.; OLIVEIRA, K. E. S.; AKUTSU, R. C.; SILVA, E. F. Socio demographic and health profile of clientes of community restaurants of brazilian social programs. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 42, n. 1, p.14-22, 2015.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CAMPOS, F. R. **Revisão integrativa de estudos sobre políticas públicas de combate à fome da América Latina e do Caribe**. 2023. Tese (Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

CARAHHER, M.; COVENEY, J. Public Health nutrition and food policy. **Public Health Nutrition**, v. 7, n. 5, p. 591-8, 2004.

CARDOZO BRUM, M. I. Evidencia: conceptos y usos em la evaluación de políticas y programas públicos Iztapalapa. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 90, n. 42, p. 205-232, ene.-jun. 2021.

CARO, F. B.; HERNÁNDEZ, E. Y. R.; FAJARDO, K. D. G.; VIVEROS, S. S.; TORRES, R. M. Nivel de Seguridad Alimentaria en beneficiarios de Comedores Comunitarios del programa Cruzada Nacional contra el Hambre (México). **Revista Española de Nutrición Comunitaria**, v. 24, n. 3, p.117-124, 2018.

CARR, E. R. Post modern conceptualizations, modernist applications: Rethinking the role of society in food security. **Food Policy**, v. 31, n. 1, p. 14-29, 2006.

CARRIZO, L. El enlace investigación-políticas. De la investigación aplicada a la investigación implicada. Una perspectiva desde la complejidad y la transdisciplinariedad. In: VALDÉS PAZ, J.; ESPINA, M. (orgs.). **América Latina y el Caribe: La política social em el nuevo contexto - Enfoques y experiencias**. Mercosul: UNESCO, 2011. p. 223-266.

CASTRO, J. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 17, Sept./Dec. 2005.

COR UNUM. **A fome no mundo, um desafio para todos: o desenvolvimento solidário**. Vaticano: PONTIFÍCIO CONSELHO COR UNUM, 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **The State of Food Insecurity in the World**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: FAO, 2015b.

FRAGATA, D. S.; ZIMMERMANN, S. A. Ações e políticas públicas voltadas à soberania e segurança alimentar na América Latina e Caribe. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA E ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, 6., 2., 2017, Ponta Grossa. **Anais [...]** Ponta Grossa: UEPG, 2017.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.





GALIANO, L. P.; MANRIQUE ABRIL, F.; ERNERT, A.; BAU, A. M. The double burden of malnutrition and its risk factors in school children in Tunja. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 62, n. 2, p. 119-126, 2012.

GARZA, N. P.; SALVATIERRA-IZABA, B.; LOMELÍ, C. B. Z.; DOSAL, A. T.; MODESTO, A. M. Impacto del Programa Comedores Comunitarios SINHAMBRE sobre la desnutrición en Chiapas rural mediante el enfoque de Seguridad Alimentaria. **Población y Salud en Mesoamérica**, v. 16, n. 1, p. 44-76, Jul./Dic., 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. O combate à fome no Brasil. In: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (orgs.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.

HAMILTON, W. L.; COOK, J. T.; THOMPSON, W. W.; BURON, L. F.; FRONGILLO, E. A.; OLSON, C. M.; WEHLER, C. A. **Household food security in the United States in 1995: executive summary**. Washington: US Department of Agriculture, Food and Consumer Service, 1997.

KICKBUSCH, L. **The food system a prism of presente and future challenges for and sustainable development**. Zurich: Health Promotion Switzerland, 2011.

KLOPPER, R.; LUBBE, S.; RUGBEER, H. The matrix method of literature review: the problem with passwords, **Alternation**, n. 14, v. 1, 262-276, 2007.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINOT, N.; PELIJOR, N. **Food Security and Food Self Sufficiency in Bhutan**. Washington: International Food Policy Research Institute, (IFPRI) and Ministry of Agriculture and Forests (MoAF), 2010.

MUELLER, S. P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **Revista de Ciência da Informação**, n. 0, p.1-8, dez. 1999.

MUÑOZ SÁNCHEZ, L. P.; VANEGAS GÓMEZ, D.; MOLINA LASPRILLA, K.; LONDOÑO ECHEVERRY, Á. M.; MARTÍNEZ, J. W.; MUÑOZ VALENCIA, J.; FLÓREZ, H. A.; CASTAÑO, M. I. Nivel de seguridad alimentaria en algunas familias campesinas de Risaralda (Colombia). **Investigaciones Andina**, v. 16, n. 29, p. 1016-1028, sep. 2014.

NCHINDA, V. P.; THIEME, O.; ANKERS, P.; CRESPI, V.; ARISTE, S. Food security and economic importance of family poultry (chicken) husbandry program in Artibonite and South departments of Haiti. **Livestock Research for Rural Development**, v. 23, n. 9, s/p, 2011.

PONCE, J.; BEDI, A. S. The impact of a cash transfer program on cognitive achievement: The Bono de Desarrollo Humano of Ecuador. **Economics of Education Review**, v. 29, n. 1, p. 116-125, 2010.

RADIMER, K. L.; OLSON, C. M.; GREENE, J. C.; CAMPBELL, C. C.; HABICHT, J-P. Under standing hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal Nutrition Education**, v. 24, Suppl., p. 36-45, 1992.





RAMOS, C.I.; CUERVO, M.R.M. Programa Bolsa Família: a interface entre a atuação profissional e o direito humano a alimentação adequada. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, v.17, n.8, p. 2159-2168, 2012.

SANTIAGO, A. S.; ALMEIDA FILHO, N. A soberania alimentar em questão: análises a partir do referencial da teoria marxista da dependência latino-americana. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFU, 4., 2014, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2014.

SANTOS, I. S. Avaliação do impacto de programas nutricionais. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 1, p. 141-150, jan./fev. 2009.

TAKAGI, M. A. **Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: seus limites e desafios. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TORRACO, R. J. Writing Integrative Reviews of Literature: Methods and Purposes. International. **Journal of Adult Vocational Education and Technology**, v. 7, n. 3, p. 62-70, Jul.-Sep. 2016.

TUBINO, J. A contribuição da FAO para combater à fome. In: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminho para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003. p. 233-240.

WEBB, P.; STORDALEN, G. A.; SINGH, S.; WIJESINHA-BETTONI, R.; SHETTY, P.; LARTEY, A. Hunger and malnutrition in the 21st century. **BMJ**, v. 13, n. 361, p. 2238, jun. 2018.

WINTERS, P.; DAVIS, B.; CARLETTO, G.; COVARRUBIAS, K.; QUIÑONES, E. J.; ZEZZA, A.; STAMOULIS, K. Assets, activities and rural income generation: evidence from a multicountry analysis. **World Development**, v. 37, n. 9, p. 1435–1452, 2009.

*Recebido em: 15/04/2025*

*Aprovado em: 27/06/2025*

